

Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



INSTALAÇÃO DA COMISSÃO CONSTITUCIONAL DO CENTENÁRIO DA REPÚBLICA

Palácio do Planalto 11 de agosto

A preservação, organização e consulta de documentos arquivísticos e bibliográficos, museológicos e audiovisuais, constituem a melhor maneira de comemoração do Centenário da República e do Bicentenário da Inconfidência Mineira, conforme decide a Comissão Constitucional, formada por nove membros dos Três Poderes, presidida pelos chefes dos Poderes e secretariada pelo Assessor Especial do Presidente, Virgílio Costa.

Agradeço aos membros da Comissão Constitucional do Centenário da República, criada pelo artigo 63 das Disposições Constitucionais Transitórias para comemorar o Centenário da República e da primeira Constituição Republicana, o honroso convite para presidir esta sessão solene.

Agradeço as generosas e sábias palavras aqui proferidas pelo Senador Nelson Carneiro, e assinalo a presença dos membros dos Três Poderes, na sede do Governo da República, simbolizando a unidade determinada pela Constituição Federal, e a presença dos Ministros da Cultura da América Latina e do Caribe, que se encontram reunidos nesta Capital — patrimônio da humanidade —, a fim de discutir e buscar caminhos para maior integração cultural do Continente.

Assinalo finalmente que, por uma feliz coincidência, há 162 anos fundavam-se os cursos jurídicos no Brasil.

Embora aparentemente desconexas, são estas duas efemérides ligadas pelo fato de que, sem as elites jurídicas formadas em Olinda e São Paulo, não teríamos a República, episódio dos mais complexos da nossa história.

Grandes datas são momentos de reflexão e de estímulo. Ensejam a movimentação da inteligência do País professores, jornalistas, autoridades, cidadãos e sociedade em geral — no sentido de repensar, de refazer sua visão sobre o passado e o presente, no processo incessante que define um País em busca de sua identidade e do seu futuro.

Ao se completarem, em 15 de novembro de 1989, os cem anos da Proclamação da República, a sociedade brasileira estará, necessariamente, voltada para o significado desta data.

No quadro de um processo democrático, no qual o exercício da cidadania pressupõe a consciência da identidade histórica nacional, as comemorações relativas ao Centenário da República deverão estar associadas ao conhecimento de tudo que contribua para maior compreensão do próprio significado da República para a História e para o Brasil. As comemorações têm, portanto, um duplo papel: o de aprofundar e difundir o conhecimento histórico e, nesta medida, redescobrir o que somos.

A criação da República no Brasil, como disse, é um fato complexo. Ele não pode circunscrever-se à proclamação de 15 de novembro, devendo ser interpretado como um lento processo histórico, idéia nascida nos corações de patriotas de vários cantos do território nacional. Inconfidentes em Minas Gerais, doutores e padres que fizeram as revoluções pernambucanas de 1817 e 1824 — já prenunciadas por Bernardo Vieira de Melo, em Olinda — Balaios no Maranhão, Cabanos no Pará, Sabinos na Bahia, convencionais de Itu, Farrapos do Rio Grande e de Santa Catarina.

Foi certamente pensando na importância dessas elites jurídicas e políticas que o querido Padre Antônio Vieira afirmou, no sermão da Epifania, ser a República «o espelho dos que a governam.»

Temos também a comemorar o Bicentenário da Inconfidência Mineira — na verdade iniciada em dezembro de 1788 e encerrada com a execução de Tiradentes em 1792. A importância da conjuração é imensa. A união do sentimento popular e do anseio das elites, expressos na frase de Tiradentes: «Trabalhar para todos, e o próprio ideal republicano inserem o Brasil na grande aventura histórica do final do século XVIII, junto com a Revolução Francesa e a Revolução Americana, de criação do mundo contemporâneo, que busca liberdade e justiça social.

Chefe do Poder Executivo, procurei comemorar o Centenário da República e o Bicentenário da Inconfidência de modo anti-retórico. Enfrentei um dos mais graves problemas da historiografia republicana, que é o dos arquivos dos Presidentes. Criei no ano passado, sob a coordenação da minha Assessoria Especial, o Programa Nacional do Centenário da República e Bicentenário da Inconfidência, agora transformado em Secretaria-Executiva da Comissão Constitucional, voltada para a preservação da memória nacional. Tudo na convicção de que a preservação, organização e consulta de documentos arquivísticos e bibliográficos, museológicos e audiovisuais, constituem a maneira mais eficaz e permanente de comemorarmos episódios históricos da Inconfidência e a República, exercendo o grande direito dos cidadãos, que é o de conhecer o seu passado e sua memória, para melhor poder decidir o seu futuro.

Apraz-me, por isso, assinalar no artigo 63 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias o parágrafo que determina a promoção de estudos, debates e avaliações sobre a evolução política, social, econômica e cultural do Brasil.

Sinal de que os Poderes da República se irmanam para comemorá-la de modo mais significativo. Tenho, por isso, a grande satisfação de anunciar que, por solicitação da Comissão Constitucional do Centenário, estou enviando ao Congresso pedido de recursos para a realização de um programa inicial que inclui a recuperação do Museu da República, a Casa de Deodoro, o Palácio do Itamarati e a preservação de outros itens do patrimônio histórico e documental. Além disso, a elaboração e publicação a ser feita

do primeiro e monumental guia de arquivos, bibliotecas e museus brasileiros, trabalho proposto pelo Arquivo Nacional, pelo CNPq e pelas Fundações nacionais Pró-memória e Pró-leitura. Prevê-se também a organização da grande exposição Retrato do Brasil, a cargo do CNPq, universidade e centros de pesquisa histórica, uma exposição ao mesmo tempo arquivística, bibliográfica e museológica, que mostre aos brasileiros de hoje o que foi, o que é e o que podem vir a ser nossas ciências, letras, artes, indústria, tecnologia, cultura, forças armadas, vida social, meio ambiente.

Será a oportuna repetição, cerca de um século depois, do extraordinário esforço de Ramiz Galvão, Capistrano de Abreu e outros, na grande exposição de História do Brasil de 1880, que entre outros tantos méritos, como o de reunir 20 mil documentos, teve o de encontrar a História do Brasil de Frei Vicente do Salvador.

Deverá também deter-se nas realizações mais recentes do País, de forma a, diante de uma perspectiva histórica, despertar um sentimento de esperança e de certeza do futuro da nossa grande pátria.

Finalmente, prevê-se a publicação de livros de interesse histórico, seminários, pesquisas e monografias, a cargo do Ministério da Cultura e do CNPq.

Mas essas são apenas as iniciativas do Governo, voltadas para aquilo que é mais essencial.

A elas deverão juntar-se todas as propostas da iniciativa privada e da sociedade e do povo em geral, e serão viabilizadas aquelas que forem julgadas adequadas, dentro do princípio de preservação da memória e reflexão sobre o futuro, através da concessão do uso da marca das comemorações, cuja escolha está sendo feita em concurso aberto a todos os cidadãos.

Vali-me sempre da lição de Odylo Costa, filho, de que uma nação se faz com poetas e heróis, para acrescentar historiadores e políticos. Historiadores para pensarem no passado, os poetas para sonharem com o futuro, os políticos para fazerem o presente.

As comemorações do Centenário ensejam um momento de reflexão sobre o nosso futuro político, sobre o que queremos para o nosso País.

Mas a maior de todas as comemorações, a que impecavelmente representa o caminho dos cem anos republicanos, é sem dúvida termos a certeza que neste ano, ao comemorarmos o Centenário da República, damos a imagem e símbolo da prática dos ideais republicanos, aqui, na harmonia dos Poderes e, sobretudo, o exemplo de que fizemos do Brasil, nestes cem anos, uma grande democracia e uma grande sociedade democrática.